

Quase metade dos afrodescendentes tem dificuldade em pagar as despesas

P publico.pt/2023/10/25/sociedade/noticia/quase-metade-afrodescendentes-dificuldade-pagar-despesas-2067891

Ana Cristina Pereira

Inquérito da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais revela que população negra se sente menos discriminada em Portugal do que noutros países da UE.

Ana Cristina Pereira

25 de Outubro de 2023, 6:00 actualizada às 6:01

É a percentagem mais baixa da União Europeia, mas nem por isso pouco significativa: uma em cada quatro pessoas negras residentes em Portugal diz enfrentar discriminação racial no seu dia-a-dia. Quase metade tem dificuldade em pagar as despesas.

Os dados constam no relatório *Ser negro na UE*, que a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) divulga esta quarta-feira. Partindo das respostas de 6700 residentes em 13 países, incluindo Portugal (518), debruça-se sobre várias esferas, comparando dados de 2022 e 2016 e cruzando-os com outros inquéritos feitos pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia.

A pobreza está muito mais presente nesta população. Um terço dos negros residentes na UE tem dificuldades em pagar as despesas, acontecendo o mesmo com quase um quarto da população em geral. Em Portugal o fosso é ainda maior: 45% para 21%.

Não é por falta de labor. Têm trabalho remunerado (71%) na medida da população em geral (73%). A qualidade conta. Cerca de um terço faz trabalho elementar (8% da população em geral). Muitos (42%) possuem qualificações superiores ao exigido para a sua função (22% na população em geral). Amiúde, o seu trabalho é temporário (30% para 11%).

O rendimento reflecte-se no acesso à habitação. Em 2021, 70% da população da UE vivia em casa própria, 20% em casa arrendada a privados e 10% em habitação social. Na população negra a proporção era 11%, 36%, 45%. Em Portugal, 25% das pessoas negras são donas da sua casa, comparando com 78% da população em geral.

Não é só o título. Um em cada dois afrodescendentes da UE vive numa casa sobrelotada (17% da população em geral). Portugal tem uma das maiores disparidades: 78% para 9%. É uma das maiores proporções de pessoas a viver em casas degradadas: 33% afrodescendentes para 25% da população em geral.

Discriminação racial em várias áreas

Diversos factores poderão explicar este retrato. Um deles será a discriminação. Nos cinco anos antes do inquérito, 45% sentiu-se discriminado numa ou em várias esferas da vida em função da cor da pele, do contexto étnico, migratório, religioso. No último ano, 34%.

A percepção de discriminação racial varia. A Áustria ocupa o topo – 72% dos inquiridos nos últimos cinco anos, 64% nos últimos 12 meses. Segue-se a Alemanha (76%, 64%), a Finlândia (63%, 54%) e a Dinamarca (57%, 43%). Portugal fica na base (26%, 16%).

Quando se compara 2016 com 2022, ressalta que a situação piorou na UE. Vejam-se os dados para os últimos doze meses: de 24% para 34%. Uma vez mais, a Áustria (42% para 64%) e a Alemanha (33% para 64%) no cimo e Portugal na base (de 17% para 16%) e até em contracorrente.

Portugal sai melhor do que os vizinhos na fotografia, mas não tem razões para aplaudir. “Mesmo que a prevalência seja a mais baixa, um em cada quatro enfrenta discriminação racial, uma parcela bastante grande”, sublinha Vida Beresneviciute, gestora de projectos da FRA.

O relatório dá conta de um aumento da prevalência de discriminação racial quer na procura de trabalho (de 25% para 35%), quer no trabalho em si (24% para 31%). E no arrendamento (21% para 31%), nos serviços de educação (9% para 18%) e saúde (3% para 9%).

“A habitação e o emprego são as áreas principais e onde se observa mais discriminação também em Portugal”, torna aquela perita. Em Portugal, em 2022, atendendo aos cinco anos anteriores, 31% dizem ter sofrido discriminação ao procurar casa e 28% ao procurar emprego.

Poucas denúncias

A discriminação continua invisível. Nas palavras de Beresneviciute, “a denúncia permanece num nível extremamente baixo”, na UE em geral e em Portugal em particular. A FRA recomenda mais trabalho de consciencialização sobre discriminação racial, legislação antidiscriminação e mecanismos ao dispor das vítimas.

Apenas 9% das pessoas que se sentiram discriminadas no ano anterior reportaram o caso ou apresentaram queixa. E aí são substanciais as diferenças: a taxa mais elevada regista-se na Suécia (27%) e a mais baixa em Espanha (4%), Portugal (2%) e Itália (nem aparece).

A consciência de que há uma lei que proíbe a discriminação racial (75%) não é igual em todo o lado. Esse conhecimento vai de 80% na Dinamarca, em França, na Alemanha, na Polónia a na Suécia para 34% em Portugal e Espanha e 25% em Itália.

O documento abre também uma janela para o assédio racial, experienciado por 30% nos cinco anos anteriores. E continuam as variações assinaláveis entre a Alemanha (54%) ou a Finlândia (52%) e Portugal (10%).

A violência racial é menos frequente (4%). Aí ainda ficam Finlândia (11%), Alemanha (9%) e Dinamarca (8%) num lado e Portugal no outro (o número sem relevância estatística).

Para Silvia Rodríguez Maeso, investigadora do Centro de Estudos Sociais que se dedica aos estudos críticos da raça e o (anti-)racismo, este relatório levanta sobretudo questões. “Estamos perante a naturalização de certas lógicas? Há mais medo?”

No seu entender, importaria cruzar percepções com factos. “Temos falta de dados que permitam ver lógicas mais estruturais”, lamenta. Pega no exemplo policial também tratado no relatório. Entre os que foram parados pela polícia nos cinco anos anteriores, 48% dos inquiridos da UE e 30% de Portugal atribuem a última vez a discriminação racial. “Seria interessante relacionar estas percepções com dados sobre intervenção policial.”

Portugal continua a recusar-se a recolher dados desagregados origem étnico-racial. No relatório, a FRA encoraja os Estados-membros a fazê-lo “com vista a captar experiências de discriminação e vitimização”.